



ESPAÇO, LUGAR E APROPRIAÇÃO EM NARRATIVAS COLONIAIS:
O caso da feira de Kassanje, Angola (século XIX)

SPACE, PLACE AND APPROPRIATION IN COLONIAL NARRATIVAS
The case of Kassanje fair, Angola (século XIX)

ESPACIO, LUGAR Y APROPIACIÓN EN LAS NARRATIVAS COLONIALES
El caso de la feria de Kassanje, Angola (siglo XIX).

Felipe Vilas Bôas

Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná e Coordenador do Departamento de História do Museu Paranaense, Paraná, Brasil.

fpvboas@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0003-2347-2003>

Recebido em: 11/12/2022

Aceito para publicação: 30/05/2023

Resumo

As linhas que seguem são uma tentativa de verificar a potencialidade de se investigar a relação entre espaço e sociedade na região de Kassanje, Angola, no século XIX, buscando compreender a utilização de relatos coloniais para inserir os subsídios espaciais para além de palco de acontecimentos, mas como um elemento importante na construção de narrativas coloniais. Para tal, se lança atenção à narrativa produzida pelo Capitão e Diretor da feira de Kassanje, Antonio Rodrigues Neves, além do breve relato de seu superior, o Major Francisco de Salles Ferreira. Os testemunhos trazem elementos importantes para inferência não apenas por seus conteúdos, mas porque se inserem em uma produção colonial que está intimamente ligada ao contexto de conflitos abertos entre portugueses e africanos no entremeio do século XIX, pautado por ideais do liberalismo e da garantia de forças políticas crivadas por tensões comerciais herdadas da Independência do Brasil, da paulatina queda do comércio de escravizados e de tentativas outras de inserções comerciais em Angola. Tal objetivo permite abrir um leque de questões, como os motivos que levaram a historiografia a não depositar interesse na espacialidade do território Kassanje e tampouco a interação entre espaço e sociedade no contexto colonial africano oitocentista.

Palavras-chave: Espaço; narrativas coloniais; Angola; Kassanje.

Abstract

The lines that follow are an attempt to verify the potentiality of investigating the relationship between space and society in the region of Kassanje, Angola, in the 19th century, seeking to understand the use of colonial accounts to insert spatial territories beyond the stage of events, but as an important element in the construction of colonial narratives. To this end, attention is drawn to the narrative produced by the Captain and Director of the Kassanje fair, Antonio Rodrigues Neves, and the brief report by his

superior, Major Francisco de Salles Ferreira. The testimonies bring important elements for inference not only because of their contents, but because they are part of a colonial production that is closely linked to the context of open conflicts between Portuguese and Africans in the middle of the 19th century, guided by ideals of liberalism and the guarantee of forces policies crippled by trade tensions inherited from Brazil's independence, the gradual decline in the slave trade and attempts at other commercial insertions in Angola. Such an objective opens up a range of questions, such as the reasons that led historiography not to deposit interest in the spatiality of the Kassanje territory and suffered the interaction between space and society in the 19th century African colonial context.

Key-words: Space, colonial narratives; Angola; Kassanje.

Resumen

Las líneas que siguen son un intento de verificar la potencialidad de investigar la relación entre espacio y sociedad en la región de Kassanje, Angola, en el siglo XIX, buscando comprender el uso de los relatos coloniales para insertar subsidios espaciales más allá del escenario de los acontecimientos, sino como un elemento importante en la construcción de las narrativas coloniales. Para ello, llama la atención el relato elaborado por el Capitán y Director de la feria de Kassanje, Antonio Rodrigues Neves, y el breve informe de su superior, el Mayor Francisco de Salles Ferreira. Los testimonios traen elementos importantes para la inferencia, así como son parte de una producción colonial que está íntimamente ligada al contexto de conflictos abiertos entre portugueses y africanos en siglo XIX, guiados por ideales del liberalismo y las políticas de garantía de fuerzas paralizadas por las tensiones comerciales heredadas de la independencia de Brasil, el declive paulatino del comercio de esclavos y otros intentos de inserción comercial en Angola. Tal objetivo abre posibilidades de análisis, como las razones que llevaron a la historiografía a no interesarse por la espacialidad del Kassanje, ni por la interacción entre espacio y sociedad en el contexto colonial africano Del siglo XIX.

Palabras clave: Espacio; narrativas coloniales; Angola; Kassanje.

Introdução

Pensar o espaço angolano para além de um ambiente secundário na socialidade não é tarefa fácil. Não se pretende neste breve artigo resolver tal problemática, em certa medida marginalizada. A contribuição que aqui reside está diretamente conectada com a carência de estudos monográficos sobre Kassanje, Angola, no qual a historiografia tendeu por largos anos ao escrutínio esmerado das relações Atlânticas entre este Estado africano e o tráfico de escravizados; suas origens amplamente creditadas junto às populações Lunda ou ainda a bravura/selvageria com o qual tal sociedade foi retratada pela narrativa colonial. Porém, pouco se escreveu a respeito de suas estruturas sociais e relacionamentos intra-regionais.

Neste sentido, um olhar mais atento – mesmo que diminuto – sobre o Estado de Kassanje e sua feira comercial, permite trazer ao debate os interesses historiográficos e, principalmente, uma abertura para se pensar Kassanje como além de um espaço de poder africano e manifestação comercial de escravizados, mas suas estruturas e simbolismos ligados a espacialidade. Tais elementos podem ser observados nas produções escritas de viajantes que passaram pela região e imprimiram uma imagem sobre, perpetuando um modo de representação da alteridade. Especialmente no entremeio do século XIX, período marcado por agitações em Portugal e nos espaços ultramarinos, diretamente ligados a embates

políticos de cunho liberal e transformações comerciais que impactaram a formação de termos sociais.

Portugal e as Campanhas de Kassarje

Em Portugal, o século XIX foi atravessado por múltiplos conflitos políticos e crises econômicas. As origens das tensões são comumente apontadas na invasão francesa e consequente transferência da corte para o Rio de Janeiro. Segundo Valentim Alexandre (2000), tal movimento abriu caminho para a emancipação brasileira do mundo colonial português em 1822, dicotomizando liberais e conservadores, dando início a conflitos civis e disputas políticas pelo comando português, que só foram juridicamente sanadas em 1834, com a “vitória” liberal. No fundo, o confronto de lógicas políticas e interesses se estendeu ao longo do século XIX.

A conjuntura econômica era simetricamente mobilizada pelo horizonte político consternado. Durante os dois primeiros quartéis do século XIX, os planejamentos e medidas econômicas buscavam reconfigurar a estrutura financeira de Portugal, que estava pressionada em dívidas e profundamente abalada com a inexistência da prerrogativa brasileira (ALEXANDRE, 2000, p. 48-53). A Independência do Brasil trouxe um duro ardil aos números portugueses, que representavam cerca de 40% do mercado exportador português verificado apenas no porto do Rio de Janeiro (FLORENTINO; FRAGOSO, 2001, p. 99-102). Uma saída possível seria a alternativa africana. Contudo, pouco se aproveitaria dessa, na medida em que a política colonial portuguesa em Angola, por exemplo, estava fortemente voltada ao comércio de escravizados com destino ao Brasil.

Segundo Rui Marques (2013), no início dos anos de 1840, com a situação política mais refrigerada, o debate sobre a possibilidade de ocupação mais eficaz passa a galgar cada vez mais espaço nos círculos políticos portugueses. As visões pró ocupação do território africano estavam atreladas as alas consideradas liberais, que viam na iniciativa africana um caminho para a recuperação econômica e inserção nas redes de capitais. O debate liberal sobre a ocupação em África se pautava em aspectos que impactavam diretamente a realidade colonial. Um deles dizia respeito a tentativas de repressão ao tráfico de escravizados. Esta matéria foi dúbia, na medida em que as iniciativas liberais que se voltavam a uma incipiente agricultura e atividade extrativa, especialmente ligada a gomas vegetais e comércio de marfim, tenderam a receber recursos oriundos do tráfico de escravizados, como já foi apontado por Roquinaldo Ferreira (1996).

Um exemplo pode ser visto na tentativa de criação de uma Companhia Comercial em Angola em 1848. O projeto idealizado por Silvano Francisco Luiz Pereira, Arcenio Pompilio Pompeo de Carpo, A. V. R. Schut e E. G. Possolo, buscava facilitar a logística nos sertões para o escoamento de produtos, além de outras medidas como a criação de uma serraria nas proximidades do rio Kwanza. A referida Companhia Africana Ocidental Portuguesa gorou-se rapidamente. No entanto, expõem indícios sobre o acirramento dos interesses portugueses sobre as possessões ultramarinas. Na visão de João Pedro Marques (2001), Arcenio Pompilio Pompeo de Carpo era figura conhecida no tráfico de escravizados, especialmente em sua ilegalidade.

Em larga investigação sobre a abolição do tráfico e seus pormenores, João Pedro Marques (1999) apontou que as iniciativas liberais gestadas em Portugal encontravam dificuldades de serem postas em prática no ambiente colonial. Os empecilhos enfrentados orbitavam um conjunto de aspectos como a debilidade lusa de dominar territórios aliada a dependência de negociações diretas com intermediários e autoridades africanas, assim como fragilidades sobre o uso de terras férteis, que em sua maioria se encontravam sob controle africano conforme se afastava da região litorânea.

As intempéries envolvendo a aplicabilidade de um conjunto de ideias formuladas externamente ao contexto colonial de fato gerou trabalhos acadêmicos que passaram a considerar as tentativas de ocupação portuguesa em Angola como fracassadas ou ainda tensionavam a dicotomia entre o que era real e o que era imaginário (TORRES, 1991) nas iniciativas agrícolas e comerciais. Tomar o contexto colonial e as iniciativas portuguesas como fracassada, parte do pressuposto de que suas aplicações consolidariam um “projeto” liberal, sendo o espaço angolano um “laboratório”. Se as medidas falhassem, o liberalismo aplicado à colônia não seria concreto, mantendo as relações sociais e políticas atreladas às dinâmicas do Antigo Regime (CAPELA, 1987).

Longe disso, mesmo que incipientes, as iniciativas liberais deixaram uma indelével marca sobre a experiência colonial, principalmente quando se voltam os olhos para a atuação dos sujeitos e menos das estruturas de dominação. O caso das “Campanhas de Kassanje” é estratégico para se pensar os rumos que os arrojos coloniais oitocentistas tomaram e as ações dos sujeitos históricos envolvidos, sejam eles portugueses, moradores e africanos.

As chamadas “Campanhas de Kassanje” tiveram sua gênese em um assassinato ocorrido no Bondo em 1850. O Capitão de companhia móvel, Simão da Cruz foi morto em situação pouco esclarecida na feira de Cafuxe, levando o chefe do presídio de Npungu a Ndongo, Francisco de Salles Ferreira, a reagir e dar início a ações militares que seriam marcadas por inúmeros conflitos entre 1850 e 1862 (PÉLISSIER, 2013, p. 108).

Segundo Rene Péliissier (2013, p. 110), os primeiros movimentos militares contra Kassanje, em 1850, comandados por Francisco de Salles Ferreira, foram uma demonstração de força, compondo a primeira campanha. O assassinato do agente colonial Simão Cruz foi motivação mais discursiva do que prática, na medida em que a intenção de Salles Ferreira era punir os Sobas Andalla Quissua e Marimba-Ngombe, que traziam, na visão colonial, entraves ao bom desenvolvimento do comércio nos sertões, sequestrando mercadorias e cobrando taxas indevidas junto a moradores e feirantes. Após o confronto direto com Andalla Quissua, o mesmo se refugia mais ao interior, encontrando abrigo junto ao Jaga de Kassanje, Mbumba a Kinguri. O asilo concedido fez com que Salles Ferreira desse início a diversos confrontos com o Jaga de Kassanje, que não apenas abrigou o Soba fugido, mas também ameaçou os feirantes em Kassanje.

Ainda em 1850, Francisco de Salles Ferreira invadiu as terras do Jaga junto de soldados portugueses, filhos do país¹, moradores² e africanos, levando a fuga de Mbumba a Kinguri, que

¹ Termo utilizado para designar brancos e mestiços nascidos em Angola e que acabavam se aproximando de funções diretas e indiretas da administração colonial.

² Os moradores eram um grupo bastante distinto formado por africanos, mestiços e colonos brancos, gozando de algum grau de liberdade e possuidores de propriedade móvel ou imóvel. Participavam da vida política de Ango-

leva consigo os símbolos de estado, deixando as estruturas linhageiras e políticas abaladas. De imediato, os portugueses buscam reabrir a feira de Kassanje – fechada durante as querelas – nomeando um Jaga “fantoche”, Kaluunga Ka Kissanga, batizado cristão, que não tinha apoio da elite local e das autoridades circunvizinhas (PÉLISSIER, 2013, p. 109-110). Após isso, ocorrem outras campanhas, como a segunda, a qual foi registrada pelo Capitão Antonio Rodrigues Neves em sua memória publicada, como se verá mais à frente.

Para Isabel Castro Henriques (1997), a “crise imbangala” se configurou com um palimpsesto de eventos conflituoso entre interesses coloniais portugueses de manter o comércio dos chamados bens “lícitos” – agrícolas e extrativos em contraponto ao tráfico de escravizados – e o exercício e manutenção do poder político da autoridade Jaga Mbumba a Kinguri.

Os conflitos em questão se colocam como elemento fundamental em um contexto de tentativas de modernização forçada das relações comerciais, na construção de padrões de trocas voltados à construção de redes de capitais, muito embasadas em premissas liberais recebidas e reorganizadas em Portugal a partir do início do século XIX. Para que Angola se tornasse um espaço propício à colonização de fato, o volume comercial e de circulação de bens internos carecia de crescimento e distribuição. Nesse cenário, as feiras comerciais e o rompimento com intermediários se colocavam como pontos de atenção. Sendo a feira de Kassanje, um dos espaços comerciais que mereceram destaque no contexto.

Iniciada provavelmente na virada do século XVII para o XVIII, a feira de Kassanje concentrava rotas, mercadorias e comerciantes, conectando o fluxo de sujeitos e bens entre as regiões centro-africanas e o litoral. Durante dois séculos a feira de Kassanje foi o principal palco de trocas comerciais, atos políticos e construção de padrões sociais que se espalharam pelos sertões de Luanda. O Estado de Kassanje agia de forma centralizadora, tendo ao seu redor enorme influência sobre autoridades vizinhas, que lhe prestavam tributos por meio da feira, que enfrentou grandes problemas a partir dos anos 1840 com a queda do comércio de escravizados, tendo sido necessário a sua reinvenção por parte de comerciantes africanos e não africanos (FERREIRA, 1997), que apostaram as fichas no comércio de cera, óleos vegetais, marfim e braços para mão de obra interna.

A feira virou ruína na década de 1880, na medida em que as estratégias portuguesas de alienação de terras férteis e redução da interferência de intermediários no comércio tornaram este espaço menos necessário (FREUDENTHAL, 2005). A lenta agonia da feira rumo a sua dissolução levou ao desmembramento do Estado de Kassanje, abrindo caminho para uma frágil consolidação da ocupação e estabelecimento das fronteiras pelos portugueses com destino à África Central. A ruína da feira parece estar ligada diretamente aos acontecimentos da “crise imbagala”, que levou ao desprestígio do Jaga enquanto governante e a um interesse português mais alçoz acerca da interiorização, objetivando chegar ao território de outro importante Estado africano, Lunda, no qual Kassanje obtinha parcelas de cera e marfim para o comércio com os portugueses.

A feira de Kassanje aparece na bibliografia de forma potente, porém sempre ligada à necessidade portuguesa de praticar o comércio, seja por um sentido de manutenção econômica ou

la, eram vitais no andamento do comércio e tinham cargos burocráticos na hierarquia militar das milícias que atuavam nos sertões. Em certa medida os moradores constituíam uma camada de intermediários entre a administração colonial e os sobados africanos.

ainda por necessidade de ações políticas que impactassem a estabilidade das rotas comerciais até o litoral, garantindo passagem segura aos feirantes. Este ponto é crucial, pois durante os conflitos, a feira foi afetada, tendo suas atividades interrompidas, fazendo inclusive com que algumas autoridades africanas locais, os Sobas, atuassem na busca por recuperar certa *prudência governativa*, criando um ambiente favorável à reabertura da feira, em movimento diplomático que evitasse o confronto francamente aberto.

A feira de Kassanje despertava motivações diversas entre as autoridades locais. Um dos interessados nos conflitos foi o Soba Camexe, da região de Malanje, que mesmo sendo considerado indolente e violento para com portugueses e comerciantes locais, se recusando muitas vezes a se envolver em conflitos (GRAÇA, 1867, p. 104-105). Em suas fronteiras se encontravam dois outros importantes Sobados (território de governo africano, autoridade Soba), chefiados por Capelle e Canathia, ambos subjulgados a centralização regional de Camexe. No cruzamento de fontes é possível verificar que muitos Sobas de Malanje eram parentes diretos. Canathia era filho e Capelle sobrinho de Camexe.³ O parentesco pode ser visto à primeira luz como fator de submissão com a autoridade de Camexe, contudo o sobrinho parece gozar de grande autonomia em relação ao tio, deixando nas entrelinhas que detinha controle sobre linhagens que não estavam no alcance de Camexe. Situação parecida ocorre com o Soba Quindange de Malanje e seu tio Cunga Palanca. Porém, desta vez, o sobrinho é quem controla politicamente o tio mais velho (VILAS BÓAS, 2021, p. 129-134).

Em diálogo com Jan Vansina (2005) – que aponta para uma centralização política das linhagens governantes dos Sobas no século XIX, advindo da consolidação dos laços comerciais com não africanos e das mudanças econômicas a partir da segunda metade do mesmo século, expondo um realinhamento das estruturas linhageiras –, levanta-se outra possibilidade: Camexe se alia aos portugueses nos conflitos de Kassanje em reação a aliança inicial de seu sobrinho com os mesmos, trazendo a tona que a presença de Capelle podia de alguma forma, exercer uma ameaça a posição de Camexe. Esse movimento de Camexe não é apenas subjetivo de uma leitura política, mas se conecta com a ascensão de um processo de circulação de bens internos em Angola

Os historiadores Felipe Silveira de Oliveira Malacco e Ivan Sicca Gonçalves (2020) chamaram a atenção para a importância dos estudos sobre o continente africano de forma regionalizada. Segundo os autores, são os estudos regionais que iluminam dinâmicas locais – especialmente as de caráter comercial – que permitem entender as ações africanas e não africanas para além do binômio “tráfico de escravizados / resistências”. Esse movimento facilita visualizar a complexidade das relações sociais do continente africano indo além dos encontros culturais entre portugueses e africanos – no caso de Angola –, iluminando espaços e condutas entre as próprias comunidades africanas que podem ou não estar relacionadas com as dinâmicas coloniais.

Essa abordagem não é isolada e aparece em demasia nos trabalhos do historiador Roquinaldo Ferreira (2012, 2013). Em suas investigações, Ferreira faz inúmeras análises casuais, desde microbiografias daqueles que podemos entender como “esquecidos” da narrativa histórica até inferências sobre contextos regionais. Ferreira aponta para algo que vem se colocando

³ Não fica claro se o sobrinho Capelle era filho da irmã mais velha de Camexe, porém o fato de ele ocupar uma posição de destaque enquanto Soba não exclui essa possibilidade.

cada vez mais como ponto fulcral das ações portuguesas em Angola: a circulação de bens Pós-Abolição do tráfico como base para uma política mais agressiva frente às comunidades africanas.

Em maior ou menor grau, cabe apontar para a necessidade da presença africana mediante o processo de construção das estruturas coloniais. As Campanhas de Kassanje, nas décadas de 1850 e 1860, são um exemplo fecundo de trabalho, pois ao mesmo tempo em que exibem uma debilidade portuguesa observada pelos seus próprios agentes, permitem levantar suspeitas sobre as repercussões da tentativa de controle português sobre a feira de Kassanje junto aos sobados circunvizinhos e Sobas que prestavam obediência ao Jaga.

Faz-se possível pensar que determinados Sobas viviam entre dois mundos políticos e comerciais que tinham suas exigências e interesses: de um lado Kassanje, monopolizando os produtos da África Central e controlando os preços na sua feira influenciava os sobados pelo leste, tampouco a oeste cabia a administração portuguesa pressionar as comunidades pela via comercial e dos contratos de alianças. As turbulências em Kassanje podem vir a clarear um pouco mais as interações políticas entre a administração colonial manifesta nos agentes militares portugueses e o poder africano controlado pelas autoridades linhageiras.

As autoridades foram também fundamentais para a reorganização do liberalismo econômico e político português em Angola, na medida em que algumas ações eram inviáveis e foram diretamente influenciadas para ganhar novos contornos por meio das autoridades locais.⁴ Não se pretende aqui entrar no debate sobre até que ponto a reformulação colonial em Angola colocada em prática a partir dos anos 1840 influenciou ou foi a base para a criação do colonialismo português naquele espaço com ecos na consolidação de posturas futuras do colonialismo. Esse debate é longo e cabe a profissionais com maior cabedal como o próprio Roquinaldo Ferreira e críticos dessa questão, como David Eltis (1987, p. 229-230), que aponta a inocuidade da ideia na medida em que não se verifica no período entre 1840-1880 uma movimentação significativa nas alfândegas de Luanda e Benguela, estando ainda presas a dinâmica laboral de exportação de pessoas – agora “libertos” – para as plantações em São Tomé e Príncipe.

Espaço colonial e as narrativas portuguesas

Assume-se aqui uma proximidade com as percepções apresentadas por Roquinaldo Ferreira no que tange a circulação de bens, a importância das dinâmicas regionais, o protagonismo africano nos sertões – especialmente nas feiras comerciais – e o papel decisivo que os estatutos linhageiros estabeleceram nas ações coloniais, sejam em um movimento de reação a acontecimentos externos trazidos por portugueses ou agindo por conta própria em suas demandas e anseios.

Atentar-se a conjuntura coeva e sua relação com o espaço, não como palco de ações, mas também como conceito para abordagem de socialidades, exige dialogar com escritos para além da historiografia, inferindo os registros coloniais de forma concomitante. Nas diversas

⁴ Chama especial atenção a necessidade de centralização política das chefias africanas para um melhor fornecimento de mão de obra frente à incapacidade portuguesa de buscar braços laborais, criando vínculos com a administração colonial visando vantagens comerciais e políticas frente a autoridades circunvizinhas.

percepções que podem definir ou indicar uma linha mestra para a concepção de espaço, destaca-se a sugestão de Michel de Certeau, pensando o *espaço* como um lugar de *prática* (CERTEAU, 1998, p. 202). Neste sentido o *espaço* se coloca como relacional, existindo a partir do fluxo de interações, corroborando para a criação, manutenção e recriação de termos sociais capazes de acionar subjetividades individuais e coletivas.

Espaço e sociedade se complementam, sendo o primeiro além de um tablado de ação, mas capaz de criar relações a partir das socialidades. Contudo, para que o *espaço* propicie a socialidade, torna-se necessário a existência de uma ordem no qual elementos sociais e materiais estejam distribuídos. Em outras palavras, trata-se de uma configuração de posições, no qual Michel de Certeau chamou de *lugar* (CERTEAU, 1998, p. 38).

O exposto acima é importante para dimensionar as *práticas* sociais e seus elementos, como as percepções de *estratégia* e *tática* manifestadas pelo autor. Por *estratégia*, Certeau indica um conjunto de elementos formadores de um mecanismo de articulação que organizam as relações de força, especialmente pelo lado dominante. Já por *tática*, sugere um conjunto de ações que rearticulam as relações de força, permitindo um olhar para além de uma estrutura social monolítica (CERTEAU, 1998, p. 46-47). A *tática* e a *estratégia*, portanto, fazem parte de um escopo matricial de construção de termos sociais, sendo não apenas manifestadas no *espaço*, mas possível apenas nele, na medida em que as *práticas* estão intimamente imbricadas na dialética entre *espaço* e *lugar*.

Partindo da noção de *lugar* como a ordenação de elementos diversos no *espaço*, evoca-se a percepção de Pierre Bourdieu, que sugeriu uma percepção marcada pela constituição de uma ordenação social mais ou menos complexa, chamando tal noção de *espaço social* (BOURDIEU, 2013, p. 135-136). Tal percepção está intimamente ligada à relação de força entre os campos (cultural, econômico...) dentro do *espaço físico* – conjunto material que permite a construção de socialidades. Nesse sentido, Pierre Bourdieu ajusta o foco no que denominou de *espaço físico apropriado*, marcado pela distinção estrutural mútua entre posições sociais, proporcionando um arranjo social entre os agentes e a materialidade existente (BOURDIEU, 2013, p. 136)

A noção de *espaço físico apropriado* é, em determinados níveis, compatível com a percepção de *lugar* manifestada em Certeau: primeiro porque pensa o espaço em uma dialética socioespacial, segundo porque pressupõem que os elementos diversos que compõem o social e o material estão organizados de acordo com as relações de força estabelecidas, criando tensões sociais.

Outro conceito relevante para se pensar o espaço, sobretudo por meio da produção escrita, diz respeito à noção de *imaginação geográfica* (GREGORY, 1994), que de forma simples, pode ser entendida como uma configuração de apreensão da realidade calcada em múltiplos aspectos socioculturais, criando base para a criação de realidades narrativas, seja por meio da experiência direta de contato com a materialidade geográfica ou indireta pelo conhecimento discursivo manifestado (LOPEZ LEVI, 2018, p. 2), por exemplo, nas narrativas coloniais produzidas por meio de relatos de outrem que não os autores principais.

O conceito de *imaginação geográfica* se coloca como algo mais subjetivo em relação ao já exposto, porém mantém alinhamento em dois pontos: ao pensar a produção de narrativas por meio do espaço relacional com a socialidade e porque opera na premissa de que a

produção da realidade por meio do imaginário está baseada em tensões sociais, criando apropriações simbólicas do espaço (CERTEAU, 1998, p. 202-204).

Ligado diretamente à *imaginação geográfica*, deve-se apontar a noção de uma ausência de lugar dos escritores. Em outras palavras, na medida em que se deslocavam, informavam por meio da escrita o que observavam e o que apropriaram de outrem, criando um relato do espaço por meio do percurso realizado. A escrita emerge na relação subjetiva entre sujeito e espaço na construção de um *lugar de prática*, que ganha sentido com o social e sua construção, criando ordem aos elementos nele dispostos, produzindo narrativas.

O exposto até o momento, só ganha sentido se colocado diante das narrativas coloniais e as formas de abordagem da matéria. A historiadora Beatrix Heintz (2004) já apontou as lacunas da escrita portuguesa sobre o entendimento das tradições orais africanas e o caráter eurocentrado da escrita. A escrita colonial pelos agentes de poder remete obrigatoriamente a questões não somente da natureza do texto, mas da forma de representar a alteridade pelo discurso colonial, intrinsecamente vinculada às experiências coloniais por seus autores

Voltando os olhares para a produção documental de narrativas coloniais sobre Angola no século XIX é possível verificar a consolidação da exclusão do *Outro*. Com uma interiorização cada vez maior dos portugueses gerado pela emergência do comércio de bens comerciáveis de origem agrícola e animal, as narrativas apresentam características bastante específicas, como: violência discursiva, jugo de valores e costumes, negação da capacidade histórica dos africanos, interesse maior pela historicidade dos portugueses em Angola do que a tradição oral africana e, por fim, uma construção narrativa que além de inferiorizar, aponta para necessidades de aliança ou ainda tutela portuguesa – indicando uma domesticação política e social pela escrita. Quando se refere de forma fortuita e positiva acerca dos locais é para atender a interesses específicos de acordo com a própria fragilidade portuguesa (HENRIQUES, 1997, p. 35-42).

Os *modos de representar a alteridade*, como postula Homi Bhabha, se fazem visíveis menos nas avaliações da narrativa e mais na [...] “compreensão dos processos de subjetivação tornados possíveis (e plausíveis) através do discurso do estereótipo” (BHABHA, 2013, p. 118). Esse movimento permite uma leitura mais acurada dos textos coloniais, revelando as ambiguidades manifestadas na representação da alteridade, expondo um discurso de [...] “articulação da diferença contida dentro da fantasia da origem e da identidade” (BHABHA, 2013, p. 119).

De forma ampla, os textos coloniais publicados em Portugal sobre a região de Angola apresentam uma característica básica: o enfrentamento direto entre visões de mundos ora incompatíveis, ora semelhantes. Esta relação estava sempre filtrada pelo escritor/explorador entre seus interesses e dilemas. O viajante era responsável por olhar e descrever aquilo que achava interessante ou digno de memória (BOURGUET, 1997, p. 209-247). A escrita não é apenas um registro crivado pela conjuntura de sua produção, mas também por quem escreve, sendo assim, a dualidade discursiva salta aos olhos nos registros coloniais (PRATT, 1999, p. 24-25).

Apesar de existirem estudos no qual o espaço aparece como um elemento visível, como o trabalho de Beatrix Heintze (2004), não se verifica um debate historiográfico sobre a temática, ficando as análises circunscritas às dinâmicas sociais ocorridas no espaço sem trazer reflexões sobre a capacidade relacional entre socialidade e espaço. Em outras palavras, o espaço é entendido como um dado pronto, local onde ocorre e são formados os termos sociais, mas sem que este tenha parcela significativa.

Voltando para o espaço de Kassanje, poucas são as informações trazidas pela historiografia – isso quando não repetidas de forma enfática. Nesse sentido, cabe olhar sobre as narrativas coloniais produzidas no século XIX para buscar elementos que possam ser explorados em uma reflexão espacial. Por razões práticas, as observações e análises documentais que se seguem são simplórias, na medida em que se trata de um estudo preliminar sobre narrativas coloniais. O primeiro é de autoria do militar português Francisco de Salles Ferreira, intitulado *Sobre o Sertão de Cassange*, publicado em 1853. O segundo é de autoria do militar e diretor da feira de Kassanje, o português Antonio Rodrigues Neves, que produziu um relato sobre as campanhas militares em Kassanje nos anos 1850, intitulado *Memória da expedição a Cassange*, publicado em 1854.

Ambas as produções possuem características e intenções semelhantes. Francisco de Salles Ferreira traz breves informações sobre o estado do sertão e dos conflitos entre portugueses e africanos, em formato típico de relato militar, já Antonio Neves, realizou uma memória de uma das campanhas militares portuguesas contra Kassanje, visando atingir o território Lunda, buscando certa “verdade” sobre os eventos.

Salles Ferreira apontou que no processo de eleição de um novo Jaga, a dialética entre espaço e sociedade aflora, na medida em que o Jaga busca um novo espaço para edificar sua sede, trazendo consigo seus subordinados como um todo. Uma vez fixada sua sede, os demais membros da sociedade se aproximam para edificar suas casas, sendo primeiramente as concubinas, seguindo as autoridades políticas formadoras da elite gerontocrática e por fim, os demais membros da comunidade.

Tal atitude simbólica revela dois aspectos importantes. O primeiro é a capacidade do Jaga de usufruir de suas prerrogativas de liderança em um processo de deslocamento. Em outras palavras, a autoridade africana atuava como uma *instituição volante*; o segundo faz referência a organização do espaço, criando ordem aos elementos dispostos na espacialidade, emergindo assim *lugares* devidamente ordenados, tornando o *espaço físico* em um *espaço físico apropriado*.

O uso do espaço pelo Jaga pode revelar mais do que apenas um marco de oposição à chefia anterior ou uma *estratégia* de reafirmação de poder – mas pode fazer referência a uma experiência espacial de longa duração. Tradicionalmente, o Estado de Kassanje surgiu de uma amálgama de três grupos étnicos liderados por populações migrantes da África Central, os Lunda. As datas e percursos não são claros, mas estima-se que por quase um século os deslocados que viriam a se chamar Mbangala (Kassanje) percorrem mais de dois mil quilômetros até se estabelecerem nas margens do rio Kwango (SANTOS, 1966, p. 25-27). Esse artigo não entrará no específico da migração, mas não nega a possibilidade futura de trabalho, especialmente no debate crítico ao tema.

Se por um lado o *espaço* enquanto zona relacional que permite a criação de termos sociais pode ser primariamente identificada, fica o questionamento de como era o espaço geográfico de Kassanje. Segundo o militar Antonio Neves, o trajeto do litoral até o Estado de Kassanje era dificultoso, muito devido à má conservação das estradas, sendo necessário constantemente realizar a construção de elementos que permitissem a viagem, como pontes e abertura de matas (NEVES, 1854, p. 16-17). Nesse ponto a narrativa de Neves é similar de produção de outros membros de corporações militares, que demonstram muita preocupação sobre a situação dos aparelhos logísticos nos sertões. A culpa da má conservação é dividida entre

africanos e portugueses. Segundo a retórica dos militares liberais, faltava aos portugueses interesse e coragem para a empresa colonial, já aos africanos, apontava negação pela “civilização”, não se dedicando a estradas, agricultura e demais atividades vistas como essenciais para a emergência comercial após a abolição do tráfico de escravizados.

Ao se aproximar da feira de Kassanje, já em território do Estado de Kassanje, Neves indica uma geografia bastante complexa, formada por [...] “escarpados rochedos, que parecem despegar-se do alto do morro” [...] (NEVES, 1854, p. 35). Esse foi o cenário que Neves viu da chamada Depressão de Kassanje, escarpa rochosa que circundava o território do Jaga, fornecendo proteção geográfica na direção ocidental contra a presença portuguesa e abertura para a África Central. Era um espaço de fluxo comercial constante, quase que com exclusividade, movimentando mercadorias não somente entre africanos e portugueses de Angola, mas conectando espaços continentais entre Angola e Moçambique no trato comercial de marfim (LIMA, 1971).

Chegando a feira de Kassanje, Neves escreveu:

Admirou-me bastante a extensão da feira de Cassange, ao passo que commovia o estado desprezível, em que se encontrou: abandonada no principio da estação chuvosa, o capim cresceu de tal forma, que escondia metade das casas: as ruas soffriavelmente alinhadas, orladas de bananeiras, e outros arvoredos, tudo se confundia: aqui uma porta arrombada, ali todas abertas, servindo as casas d’asylo aos bixos, e por toda a parte devastação, é o quadro que se apresentava a feira de Cassange (NEVES, 1854, p. 35).

Os apontamentos de Neves são bastante significativos. Permitem recriar, mesmo que de forma incompleta, alguns elementos da feira de Kassanje. O nicho comercial tinha uma organização baseada em arruamentos e construções que permitiam o abrigo de comerciantes, sejam eles africanos, afro-portugueses e portugueses, na medida em que a feira era frequentada por sujeitos diversos. O estado de desolação apontado por Neves era resultado não apenas do período chuvoso, apontado pelo autor, mas dos próprios conflitos ocorridos na região. Em outras palavras, os conflitos entre a administração portuguesa e Jaga Mbumba a Kinguri criaram uma desorganização espacial, descaracterizando o *espaço físico apropriado*, tornando a zona da feira em um espaço sem *lugares*, que só voltaria a se tornar um espaço relacional quando as tropas coloniais fizeram pouso, sendo cerca de dois mil homens, que não chegaram a [...] “ocupar todas as casas da feira” (NEVES, 1854, p. 36) evidenciando as dimensões mais ou menos claras do espaço construído da feira de Kassanje.

No momento é impossível mensurar a escala da feira de Kassanje, na medida em que não foi possível buscar padrões de referência comparativa, mas por hora, se presume que era um lugar de porte considerável, não apenas pela afirmativa historiográfica, mas pelo fato do autor buscar uma dimensão alargada, podendo ela ser física ou talvez discursiva dentro dos interesses políticos colocados no texto, de um liberalismo colonizador.

Se por um lado a feira é apresentada, por outro, ao mencionar o Estado de Kassanje como um todo, parece estar transmitindo informações de outrem. Tal elemento fica mais nítido, quando o próprio autor indica estar sendo informado, principalmente, pelo morador Domingos André, que transmite notícias ao autor que as reproduz de forma mais elaborada na

narrativa, indicando o uso da *imaginação geográfica* para informar sobre cursos d'água e descrição de plantas (NEVES, 1854, p. 92).

Outro relato colonial que salta os olhos é de autoria do Major Francisco de Salles Ferreira, publicado em 1853. O Major exalta a “conquista” de Kassanje, alegando sua vital importância comercial. Segundo o autor, era de Kassanje que se originava [...] “todo o marfim e grande parte da cera que se exporta de Angola” [...] (FERREIRA, 1853, p. 26), sendo sua origem em grande medida a Lunda [...] “por onde vem o grosso do comercio d’Angola” [...] (FERREIRA, 1853, p. 26-27). O que Salles Ferreira aponta como “conquista” deve ser entendido mais como um acordo de vassalagem oitocentista – que tinha por intuito estabelecer uma relação de domínio indireto sobre a Kassanje.

Destaca-se ainda o que diz respeito aos ritos políticos ocorridos em Kassanje, sobretudo a eleição e o cerimonial fúnebre dos Jagas. A eleição de um Jaga se dava por meio de discussões estabelecidas entre a elite política local, que buscavam escolher um representante de uma linhagem para ascender a Jaga. De certa forma, Salles Ferreira aponta para uma eleição de votação direta da elite política regional para o pleito de uma nova autoridade central. Eleito um sujeito, o cerimonial que se segue mostra a importância da história e do espaço de Kassanje para a legitimação do governante.

No fim do tempo marcado, vem o Jaga acompanhado de todo o estado para o lugar em que se deve formar o seu Quilombo, e depois de concorrerem todos, o Jaga arma o arco, dispara uma flecha, e aonde ela for cair é nesse lugar que se edifica sua casa, a que se chama Semba e em volta della se formam as casas da Bansacuco e das outras concubinas [...] depois seguem as pequenas senzalas das casas dos macotas, suas concubinas e mais o povo que pertencia ao anterior Jaga, isto é, o povo que ele trouxe da senzala que era maquita (FERREIRA, 1853, p. 27).

Pela narrativa de Salles Ferreira, fica explícito que o Jaga seria normalmente um Maquita, ou seja, um membro da elite de Kassanje e guardião da tradição oral do grupo. Este dado é importante porque em 1850, após o primeiro conflito entre Francisco de Salles Ferreira e Jaga Mbumba a Kinguri, a autoridade africana se refugia e em seu lugar é elevado a Jaga Kaluunga Ka Kissanga, que chega ao poder por uma pressão portuguesa, não tendo sido eleito pelos Maquitas e nem passado por rituais de suma importância, especialmente o Sambamento, proibido pelas portuguesas, pois envolvia sacrifício humano. Outro ponto que pesava contra o novo Jaga era o fato do anterior ter levado consigo as malungas, objetos fundadores de Kassanje que a tradição oral alegava terem pertencido ao Kinguri⁵ – sendo possivelmente fragmentos de ossos de Jagas antecessores (PÉLISSIER, 2013, p. 110). Em outras palavras, o Jaga Kaluunga Ka Kissanga não detinha condições nem de arrematar seu séquito e tampouco garantir a funcionalidade de instituições que a partir da presença do Jaga eram criadas.

A dominação, em seu sentido de embate e sobreposição de autoridades, ou ainda a transformação do espaço e da sociedade pode ser entendida, por si, como elemento central das

⁵ Linhagem originária da Lunda e de forma mítica relacionada a migração dos Mbangalas (Kassanje). O próprio Jaga Mbumba é referido como Kinguri, sinônimo de governante.

Campanhas de Kassanje. Alguns subsídios presentes na narrativa colonial do Major Francisco de Salles Ferreira revelam percepções até agora percorridas. 1. A necessidade de romper com a fronteira de Kassanje para um melhor proveito do comércio indica uma conjuntura de iniciativas liberais portuguesas na orientação de fortalecer sua influência, construindo áreas de ação nos sertões de Angola que facilitassem o contato direto, sem a presença de intermediários. 2. As táticas bélicas e de negociação assumidas por Jaga Mbumba, podem apresentar um pano de fundo para diretrizes de atuação do Estado de Kassanje, seja para garantir a posição de liderança do Jaga ou os elementos garantidores de seu governo como símbolos ancestrais ou a própria feira de Kassanje. 3. A capacidade portuguesa – fracassada ou conquistadora, mas verossímil e existente – de buscar dominar espaços e populações, seja pelo viés material (romper a fronteira de Kassanje) ou subjetivo (domínio cultural com imposição e proibição de práticas e costumes), pode ser entendido como uma tentativa de colonização dotada de especificidades criados pelo ambiente colonial.

Desta forma, a “crise Imbangala” não se trata apenas da desestruturação de um importante Estado, mas uma mudança de lógica socioespacial que afetou diretamente as relações entre não africanos e africanos: de um lado a possibilidade de atingir diretamente os produtos comerciais da África Central, ampliando sua presença e influência política, do outro buscando formas de garantir sua posição política, seja perante as investidas coloniais ou entre poderes circunvizinhos.

Historiografia entre o espaço e a ação social

Diminutos foram os autores que se debruçaram a escrever de forma específica sobre Kassanje. De forma ampla, podemos dividir os textos produzidos em três blocos: enfoque no tráfico de escravizados; conformação do poder colonial; ancestralidade linhageira. Importante destacar que mesmo individualizados, as abordagens dialogam constantemente entre os textos produzidos.

Tráfico de escravizados – a percepção da importância de Kassanje para o comércio de gentes é bastante difundida. Uma forma de observar a relação pode ser por meio do que Joseph Miller (1988, p. 71-72) denominou de *economia política africana*. Para Miller, a relação entre comércio, política e violência foi intrínseca em Angola, sendo a circulação de mercadorias e seres humanos, constituinte de signos culturais capazes de criar uma rede de dependências que afetou as estruturas políticas africanas, fomentando estratificações de autoridades e vínculos constantes entre africanos e não africanos. A *economia política africana* estava principalmente vinculada à circulação de pessoas e bens, abrindo caminho para ressignificações no campo político e cultural (CURTO, 1999; LOVEJOY, 2002; MEILASSOUX, 1995).

Neste sentido, a figura Jaga guerreiro (ou demais autoridades centralizadoras) seria primordial para a manutenção de um constante estado de guerra. Aqui se encontra a chave para o papel central de Kassanje – seja como ponto estratégico de convergência de cativos para o comércio ou por sua influência em comunidades circunvizinhas, que alegavam serem herdeiras de Kassanje em uma linha de consanguinidade perpétua (SWEET, 2003) – como as autoridades de Matamba, Bihe e Holo (MILLER, 1988, p. 28-32). As inferências de Miller sobre Kassanje acabam sempre na análise do comércio e do papel fundamental que o Jaga tinha sobre os negócios e a política local. Tal abordagem vai de encontro com outros autores, como

a escrita antropológica de Jill Dias, que em suas análises sobre os padrões de poder político nos sertões de Luanda realiza um movimento no qual não apenas o comércio ou a ação portuguesa são o foco – mas o protagonismo das elites africanas (DIAS, 1994, p. 73-74), apontando características comerciais em Kassanje pela ótica dos agentes africanos ou intermediários e, realizando uma inferência de longa duração, no sentido de entender a colonização portuguesa e as posturas africanas de forma conectada entre as resistências iniciais até as revoltas do século XX. Porém, sem grande aprofundamento sobre estruturas políticas e sociais vinculadas a autoridade Jaga (DIAS, 2007).

Conformação do poder colonial – usualmente, a presença de africanos na bibliografia sobre Kassanje aparece atrelada a configuração da presença portuguesa. De forma semelhante à Jill Dias, o pesquisador Artur Osório (2016) se dedicou a compreender o espaço de Kassanje perante as investidas portuguesas. Na visão deste, Kassanje sempre se colocou como uma barreira geográfica e política aos interesses portugueses, desde os primeiros contatos no século XVII até as revoltas nos campos de algodão em 1961. Outro autor que seguiu o mesmo traço foi René Pélissier, que em seu estudo sobre a esfera militar e política da presença portuguesa, inseriu Kassanje como elemento central das políticas coloniais e da própria tessitura da presença portuguesa. Mesmo sem explicitações claras, Pélissier reconhece que a configuração do poder colonial estava entrelaçada com as possibilidades portuguesas de gerenciar as autoridades africanas e de se adaptar a conjunturas que estavam fora de seu controle – como já foi mencionado por outros autores, mencionados como Beatrix Heintze (2004) e Adelino Torres (1991).

Retrospectivamente, cabe menção ao trabalho de José Rivair Macedo (2013), que ao explorar as representações dos sujeitos Mbangalas (Kassanje) no século XVII e sua relação belicosa na conquista do Estado do Ndongo, confronta concepções de representação e ação sociopolítica, sendo a espacialidade palco de conquista ou resistência, seja pela sua inocuidade ou ainda pelos sujeitos que lhe fazem morada.

Outra perspectiva sobre a presença de Kassanje pode ser observada na já mencionada autora Isabel Castro Henriques. Em linhas gerais, Henriques aponta preocupação com a historicidade de Kassanje, buscando compreender como o emaranhado de relações entre portugueses e Mbangalas exorta um panorama de mudanças políticas de ambos os lados, com um foco nas reformulações de lógicas sociais e práticas cotidianas – o que entende por *modernidade* (HENRIQUES, 1997, p. 585-598). Em outras palavras, o Jaga estava no século XIX imerso na dialética de assegurar sua força política perante não africanos e africanos, buscando afirmar sua posição e elementos garantidores de autoridade (HENRIQUES, 1997, p. 637).

Ancestralidade linhageira – a busca pela historicidade de Kassanje é perceptível em diversos trabalhos, sejam os com foco no tráfico de escravizados (que acreditam que a gênese Mbangala oferece indícios para posturas culturais que dialogam com o comércio de cativos)⁶ ou das estruturas coloniais (que focam Kassanje e sua direta relação com a ancestralidade Lunda, criando laços comerciais e familiares a serem superados pelo ensejo colonizador) (MILLER, 1972). Em linhas gerais, se o vetor *tráfico de escravizados* e *conformação do poder colo-*

⁶ O trabalho anteriormente mencionado de Joseph Miller (1988) aborda tal questão. Contudo, seu outro escrito, sobre a origem Mbangala e sua relação com os chamados Estados Mbundu, fornece mais elementos. Verificar Joseph Miller, 1995.

nial focam sua atenção a uma ampla gama documental, com enfoque demográfico, discursos políticos e análises comparativas, o vetor *ancestralidade linhageira* se debruça, essencialmente, sobre oralidade registrada em narrativas coloniais, buscando semelhanças e afastamentos entre relatos, focando em chaves metodológicas e mnemônicas que, em sua maioria, reiteram a narrativa de origem Lunda das linhagens de Kassanje e seu caráter eminentemente guerreiro, até a sedentarização como consequência do contato com não africanos, inserindo-se nas redes atlânticas de comércio.

Considerações finais

Neste conjunto de circunstâncias, cabe o questionamento de porque a espacialidade de Kassanje não despertou interesse dos pesquisadores. De forma incisiva, admite-se não haver resposta no momento. O que se pode realizar são elucubrações para reflexão e exercício futuros.

Um das possibilidades que pode indicar uma carestia de referências historiográficas sobre o espaço de Kassanje reside na problemática maior de que os estudos históricos sobre Angola oscilaram até os anos de 1970 entre narrativas positivistas fortemente influenciadas pelo discurso de ocupação colonial portuguesa e pelas reações intelectuais de escritos materialistas. De um lado, a narrativa oficial se preocupava em defender a legitimidade da ocupação portuguesa, fazendo inferências sobre o passado ultramarino com foco na expansão das estruturas políticas e das benesses que o colonialismo trazia sobre as populações africanas. Na outra ponta, a narrativa materialista rebatia os argumentos coloniais, apontando as violências e descaracterizações dos povos africanos por meio da usurpação das capacidades econômicas e políticas (BOA VIDA, 1967). Nesse âmbito, pouco importava a questão espacial, mas sim as dinâmicas de ação e resistência estabelecidas pelos sujeitos históricos. Esses elementos podem ser verificados de forma mais clara no trabalho de Eugénio Ferreira (1979), que se dedicou ao estudo das feiras e presídios na Angola colonial – contudo, Kassanje não aparece em sua narrativa. As observações de Ferreira exploram mais as questões políticas e comerciais do que se dedica a pensar o espaço em primeiro plano, aparecendo este como um palco de interações a ser explorado pelo colonialismo.

Após os anos de 1970 a historiografia caminhou para o protagonismo dos agentes africanos, reflexões sobre imaginário e paradigmas constituintes da modernidade. Todavia, os estudos sobre tráfico de escravizados mantiveram hegemonia nas narrativas, sendo o espaço, novamente um meio para se atingir objetivos – neste caso o destaque vai para os estudos ligados à História Atlântica, com o oceano como cenário para uma história conectada, ficando o espaço angolano ligado de forma inseparável deste, adiando em muito o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre dinâmicas internas que apenas de forma mais recente passaram a povoar as pesquisas.

Em linhas gerais, o território ultramarino português estava imerso no século XIX em *práticas* de intersecção entre conformações do Antigo Regime e do liberalismo oitocentista, no qual o poder político era frequentemente partilhado e disputado entre colonizadores e autoridades locais, como apontou Cristiana da Silva, que [...] “ao lado de uma incipiente divisão conceitual, similar à do Reino, existia, muitas vezes em conflito com a primeira, a divisão dos sobados” [...] (SILVA, 2005, p. 468).

De forma ampla, o objetivo desta reflexão foi abrir um leque de possibilidades a serem desenvolvidos. Questões essas que não são tão claras na escrita da História. O que fica evidenciado é que se faz possível problematizar a questão espacial no que se refere à Kassanje e tampouco pensar em uma historiografia sobre a região, abrindo caminhos para estudos outros que não se vinculem apenas as dinâmicas comerciais escravistas ou ao exercício crítico das formas de dominação colonial, evocando o espaço como categoria de análise válida para se compreender as inquietações do passado e as escritas analíticas do presente.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)**. Porto: Afrontamento, 2000.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOA VIDA, Américo. **Angola: cinco séculos de exploração portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. In: **Estudos Avançados**, n.27 (79), p.133-144, 2013.

BOURGUET, Marie-Noelle. O explorador. In: VOVELLE, M. **O homem do iluminismo**. Lisboa: Presença, 1997.

CAPELA, José. **As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico de escravatura, 1810-1842**. Porto: Afrontamento, 1987.

CARPO, Arsénio Pompílio Pompeu de.; PERREIRA, Silvano F. L.; POSSOLLO, Eduardo Germack.; SCHUT, André van Randvyk. **Projecto de uma companhia para o melhoramento do commercio, agricultura e industria na Província de Angola; que se deve estabelecer na cidade de S. Paulo d'Assumpção de Loanda**. Lisboa: Typographia da Revolução de Stembro, 1848.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano. Arte de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CURTO, José C. Vinho verso cachaça: a luta luso-brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda, c.1648-1703. In: PANTOJA, Selma.; SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 1999.

DIAS, Jill. Mudanças nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu (c.1845-1920). In: **Penélope**, Lisboa, nº 14, p. 43-91, 1994.

DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela. **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p.315-343.

ELTIS, David. **Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade**. Nova York: New York University Press, 1987.

FERREIRA, Eugénio. **Feiras e presídios: esboço de interpretação materialista da colonização de Angola**. Lisboa: Edições 70, 1979.

FERREIRA, Francisco de Salles. Sobre o sertão de Cassange, 1853. In: **Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p.26-28

FERREIRA, R. Abolicionismo versus colonialismo: rupturas e continuidades em Angola (século XIX). In: GUEDES, Roberto (org.). **África: brasileiros e portugueses – séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro: Mauá, 2013, p. 95-112.

FERREIRA, R. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade**. New York: Cambridge Press, 2012.

FERREIRA, R. **Dos Sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860**. 289 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

FERREIRA, R. Fazendas em troca de escravos: circuitos de créditos nos sertões de Angola, 1830-1860. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, nº 32, p.7-53, dezembro, 1997.

FLORENTINO, Manolo.; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro (c.1790-c.1840)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREUDENTHAL, Aida. **Arimos e fazendas: a transição agrária em Angola**. Luanda: Chá de Caxinde, 2005.

GRAÇA, Joaquim Rodrigues. Viagem feita de Loanda com destino as cabeceiras do rio Sena, ou aonde for mais conveniente pelo interior do continente de que as tribos são senhores. In: **Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

GREGORY, Derek. **Geographical Imaginations**. Malden: Wiley-Blackwell, 1994.

HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Ocidental (entre 1850 e 1890)**. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

LIMA, Augusto G. M. **Fonctions sociologiques des figurines de culte hamba dans la société et dans La culture tshokwé (Angola)**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1971.

LOPEZ LEVI, Liliana. Imaginación geográfica y apropiación territorial: exploración, divulgación científica y narración literaria em El siglo XIX. In: **Imagonautas**, n.12, p.1-12, 2018.

LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACEDO, José Rivair. Jaga, canibalismo e “guerra preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII. In: **Revista de História**, 32, n.1, p.53-78, 2013.

MALACCO, Felipe Silveira de Oliveira; GONÇALVES, Ivan Sicca. Entre Senegâmbia e Angola: comércio atlântico, protagonismo africanas e dinâmicas regionais (séculos XVII e XIX). In: **Afro-Ásia**, nº 62, p.46-97, 2020.

MARQUES, João Pedro. Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: um percurso negreiro no século XIX. In: **Análise Social**, vol. XXXVI (160), 2001.

MARQUES, João Pedro. **Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos**. Lisboa: ICS, 1999.

MARQUES, Rui. **O império e a Câmara dos deputados: as marcas de um discurso (1852-1890)**. 724 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2013.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MILLER, Joseph C. The Imbangala and the chronology of Early Central African History. In: **The Journal of African History**, vol., 13, nº 4, p. 549-574, 1972.

MILLER, Joseph. C. **Way of Death: merchant, capitalism and the Angola slave trade**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

NEVES, Antonio Rodrigues. **Memória da expedição a Cassange, comandada pelo Major Graduado Francisco Salles Ferreira em 1850, África Occidental**. Lisboa: Imprensa Silviana, 1854.

OSÓRIO, Artur. As revoltas de Cassanje. In: **Proelium**, VII, n.11, p.35-56, 2016.

PÉLISSIER, René. **História das campanhas de Angola**. Vol. 1, 3º Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2013.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

SANTOS, Eduardo. **A questão da Lunda (1885-1894)**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966.

SILVA, Cristina Nogueira da. **Constitucionalismo e Império: a cidadania no ultramar português**. 563 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

SWEET, James H. **Recreating África: culture, kinship and religion in the African-portuguesa World, 1441-1770**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.

TORRES, Adelino. **O império português entre o real e o imaginário**. Lisboa: Escher, 1991.

VANSINA, Jan. Ambaca society and the slave trade, c.1760-1845. In: **Journal of African History**, nº 46, p. 1-27, 2005.

VILAS BÔAS, Felipe. **Comércio, política e sociedade em Angola: negociação e conflito em narrativas coloniais**. Curitiba: Editora Appris, 2021.